

João Silvério Trevisan

Devassos no Paraíso

A homossexualidade no Brasil,
da colônia à atualidade

4ª EDIÇÃO REVISTA, ATUALIZADA E AMPLIADA



À memória de Vitor Angelo Scippe, que se notabilizou como editor do pioneiro Blogay. Sua inteligência, alegria e consciência crítica fazem falta a mim e a tanta gente mais.

*Tudo eram delícias e não parecia esta terra senão
um retrato do terreal Paraíso.*
Frei Manuel Calado do Salvador (1636)

*Onde é Brasil?
[...]
Que importa este lugar
se todo lugar
é ponto de ver e não de ser?*
Carlos Drummond de Andrade,
“A palavra e a terra”, 1962

Sumário

Notas à 4ª edição	13
-------------------------	----

PARTE I: ABRINDO O PORTAL DO PARAÍSO

1. Cine Íris e os bastidores do Brasil.....	17
2. Ser ou não ser homossexual	29
3. Ser ou não ser brasileiro.....	43
4. O estado de vir a ser.....	53

PARTE II: O BRASIL VISTO DA LUA

5. “Pareço estar em Sodoma, e pior ainda...”	61
6. Vênus deitada, Urano nas esquinas	70
7. A mulher que descobriu o Brasil.....	103

PARTE III: A SANTA INQUISIÇÃO DESCOBRE O PARAÍSO

8. Primórdios: os brutos também amam	117
9. Escravidão, religiosidade e erotismo.....	122
10. O deus hedonista	127
11. O deus punitivo	132
12. Os pecadores lúdicos.....	139
13. O Gran Finale penitencial.....	149

PARTE IV: UM NOVO MUNDO NADA ADMIRÁVEL

14. As elites homofóbicas.....	155
15. Da sodomia ao silêncio tácito.....	160
16. Rumo ao Estado higiênico.....	167
17. Entra em cena o homossexualismo.....	172
18. Rumo ao confinamento psiquiátrico-policial.....	180
19. Febrônio e Chrysóstomo: os fora da lei num país sem leis.....	187
20. O escândalo dos “índios homossexuais”.....	205

PARTE V: A ARTE DE SER AMBÍGUA

21. Reminiscências da cena travestida.....	221
22. Essas histórias de amor maldito.....	238
23. De como o ladrão boliviano invade o leito nupcial.....	260
24. Anos 1970: eclode o desbum guei.....	268
25. ... E acontece o nosso boom guei.....	278
26. E com vocês, a bicha eletrônica.....	289
27. O Brasil mostra sua cara.....	298
28. Nosso trapo, nossa arte.....	305

PARTE VI: A MANIPULAÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE LIBERADA

29. Um retardado começo.....	313
30. Novas ideias no front.....	320
31. Cooptação, institucionalização, diluição.....	328
32. Um saldo melancólico.....	339
33. Assumindo o novo milênio.....	347

PARTE VII: JÁ TEMOS UM PASSADO

34. A máscara e a paródia.....	359
35. Êxtase e agonia.....	365
36. Quem tem medo do lobo mau.....	373
37. Travestis tipo exportação.....	382

PARTE VIII: PARAÍSO PERDIDO, PARAÍSO REENCONTRADO

38. As peripécias do corpo	393
39. <i>In peste veritas</i>	398
40. Os anos de pânico	412
41. A porta de trás do Paraíso	430

PARTE IX: O RETORNO DO DEUS PUNITIVO

42. A construção do império.....	439
43. A grande cura.....	450
44. A grande obsessão.....	458
45. Feitos e desfeitos.....	465
46. As patrulhas da moral e da família	471
47. Seria Deus homofóbica?.....	484

PARTE X: A RESISTÊNCIA DOS VAGA-LUMES

48. Somos donos do nosso destino.....	493
49. ... <i>ma non troppo</i>	499
50. Tomando posse dos nossos corpos	506
51. Ações afirmativas e reativas	519
52. Da fechação ativa ao ativismo queer	536
53. Novas frentes.....	561
54. A comunidade que vem.....	575

APÊNDICE I: ENTREVISTA COM O BABALORIXÁ

MÁRIO MIRANDA/MARIA APARECIDA

APÊNDICE II: ... E A LUTA CONTINUA

A guerra santa do dr. Richetti.....	605
Integrar-se ou desintegrar?	611
O vírus, nosso irmão	616
Carta a Brasília	621
A Parada do nosso amor	626

Vamos seguir a Bíblia?	632
As campanhas do Big Brother	634
<i>Agradecimentos</i>	637
<i>Notas</i>	639
<i>Referências bibliográficas</i>	697
<i>Índice remissivo</i>	707

Notas à 4^a edição

Este livro já passou por mais de uma geração, provocou intensa interlocução com a comunidade LGBT, esteve na raiz de muitos novos estudos e, se isso for prova de sua importância, já foi até plagiado no exterior. Não acredito que tenha parado no tempo, como um fetiche, talvez porque sua função continua sendo a de abrir caminho para outras gerações e novos desdobramentos. Entre as duas primeiras edições de 1986 e a terceira, de 2000, revisada e ampliada, esteve esgotado por mais de uma década. Sucessivas reimpressões, até a sétima, foram equivocadamente indicadas como novas edições. Na verdade, permaneciam sendo a terceira edição, já que não se introduziu nenhuma modificação. Esta quarta edição aparece quase vinte anos depois da terceira. Entre esses lapsos de tempo, muita coisa aconteceu e mudou. Apesar de continuar obedecendo à mesma estrutura, esta nova edição apresenta muitas aquisições. Considerando a grande quantidade de pesquisas recentes, adicionei numerosas informações inéditas e, dentro da estrutura antiga, inseri alguns novos capítulos. Atualizei dados, corriji pequenas impropriedades e fiz modificações importantes no texto, que não interferiram na essência da obra. O projeto gráfico também passou por óbvias atualizações. Se não escrevi um livro novo, também não será exato dizer que se trata apenas da antiga edição revista. É menos do que um e mais do que o outro caso. Para não dificultar inutilmente a leitura, evitei colocar tais acréscimos em notas de rodapé. Em vez disso, inseri as modificações direto no corpo do texto, que para mim sempre esteve longe de ser intocável.

Julgo importante ressaltar alguns pontos nesta nova edição: 1) Prefiro manter o gênero masculino, das edições anteriores, para me referir a travestis, que passaram a exigir o uso do feminino. Fazer essa mudança descaracterizaria o período em que o livro foi originalmente escrito, e distorceria não só um enfoque histórico importante para perceber as evoluções da questão da transgeneridade, mas também a ambiguidade de gênero característica da travestilidade. 2) Prefiro não atualizar modos de expressão que poderiam estar superados, como o jeito antigo de chamar a pauta LGBT simplesmente de “homossexual”, soando como possível reducionismo ou hegemonia guei. Pareceu-me importante que as gerações LGBT posteriores possam aferir como as gerações anteriores se expressavam, de acordo com as especificidades do seu tempo. Essa imprecisão conceitual faz parte da história das sexualidades não heteronormativas no Brasil. 3) Outra peculiaridade que procurei manter foi o uso corrente, na edição anterior, das siglas GLS ou GLBT, que com o correr do tempo vieram sofrendo mutações. Nos textos acrescentados a esta quarta edição, utilizei as novas e diversificadas siglas identitárias. 4) Também continuei mantendo o uso indistinto das grafias gay (quando cito originais que trazem essa grafia) e “guei” (quando faz parte do meu texto, por considerar mais adequada às especificidades gramaticais do português).

J. S. T.
São Paulo, verão de 2018

Parte I

Abrindo o portal do Paraíso

*O Brasil não é meu país: é meu abismo
[...] é meu câncer coletivo
[...] é meu veneno.*

Jomard Muniz de Britto, "Terceira Aquarela do Brasil", 1982

1. Cine Íris e os bastidores do Brasil

Já dizia o poeta italiano Pier Paolo Pasolini que o tabu da homossexualidade é um dos mais sólidos ferrolhos morais das sociedades pós-industriais, com base em novos e velhos argumentos. Além de ser inútil para a reprodução da espécie, a prática homossexual solaparia a família (em cujo seio se geram os novos consumidores) e seus padrões ideológicos (cuja ordem é consumir). Se talvez pareça impensável o extermínio maciço de homossexuais, como ocorreu no passado em nome de certa pureza de costumes, o que teríamos em lugar do triângulo rosa nazista* seria uma generalizada desqualificação moral, de modo que “o homossexual continua vivendo num universo concentracionário, sob o rígido controle da moral dominante”, nas palavras de Pasolini.¹ E eu acrescentaria: sob controle também da mentalidade empresarial, em época de globalização do mercado.

A partir do final do século XX, o vácuo político-ideológico, a crise do capitalismo e a recrudescência dos credos religiosos institucionalizados criaram terreno fértil para as execrações morais, insufladas por um milenarismo de olho no capital. E a homossexualidade foi alvo fácil de um novo fundamentalismo político-empresarial – que a tornou bode expiatório da generalizada crise de esgotamento moral daqueles dias e, assim, uniu bancadas políticas

* O triângulo rosa foi o sinal que os nazistas utilizaram para distinguir homossexuais de outros prisioneiros nos campos de concentração.

dísparos de evangélicos, ruralistas e católicos contra a “decadência moral”.* Sobretudo após a derrocada do sistema político comunista, difundiram-se e se radicalizaram as regras de consumo nas sociedades de economia globalizada, tornando hegemônicas as leis de mercado no mundo todo. Importava mais do que nunca o consumo, de modo que a própria moral passou, em certa medida, a depender do mercado — como mostraram as “avançadas” incursões da TV Globo na área de costumes. O casal guei da novela *A próxima vítima* (1995) certamente se tornou possível porque pesquisas indicaram que o filão homossexual apresentava enorme potencial consumidor, mas também por causa do crescimento de audiência sempre que uma “coisa proibida” ia ao ar — e, ainda assim, de modo asséptico; quer dizer, sem escandalizar o público com cenas “explícitas”, fartamente mostradas na telinha quando se tratava de casais heterossexuais. Foi preciso que se passassem mais de vinte anos até que uma novela, no caso *Liberdade, liberdade* (2016), apresentasse a primeira cena de sexo guei.

A fragilidade dessa “aceitação” fica evidente se lembrarmos que o consumismo das sociedades industriais é autofágico: assim como o quadro político-econômico baseia-se no oportunismo do lucro, o consumo funciona como uma faca de dois gumes. Nesse sentido, não era contradição, mas corolário lógico, que uma bancada rica e poderosa como a dos evangélicos representados no Congresso Nacional impusesse à nação brasileira propostas reacionárias que deveriam ter sido consideradas historicamente superadas, por sua clara inspiração sectária e antidemocrática. No caso de muitas religiões neopentecostais, por exemplo, o controle moral estava firmemente ancorado numa mentalidade voltada para o lucro material, por mais impensável que isso possa parecer, considerando o puritanismo dos pentecostais históricos. Veja-se o caso da Igreja Universal do Reino de Deus: a mediação com o divino passa pela

* De fato, constavam de sua agenda comum temas como a luta contra a legalização do aborto, oposição à permissão legal da troca de sexo no país, volta da censura especialmente à TV, impedimento de mudanças constitucionais garantindo direitos aos cidadãos homossexuais etc. Como bem sintetizou um deputado estadual paulista da Renovação Carismática Católica: “Somos contra o que nos atinge moralmente” (cf. artigo de Denise Madueño, “Católicos articulam bloco no Congresso”. *Folha de S.Paulo*, 23 out. 1995, pp. I-10). Na parte IX, “O retorno do Deus punitivo”, pode-se ver como as bancadas fundamentalistas no Congresso, em especial a evangélica, endureceram ainda mais sua agenda homofóbica.

troca de favores (“Deus lhe dará em dobro o que você der para sua igreja”) e pelo firme controle moral (“tire o demônio de dentro de você”), que chega a se processar através de exorcismos públicos. Assim, em nome de um novo consumo — agora religioso —, a homofobia compareceu, com redobrada virulência, através desses empresários da fé e da moral. E os fatos não se restringiram a meros ataques verbais. No ano de 1995, foi inaugurado em Salvador um centro evangélico para “recuperação” de homossexuais, liderado por um vereador local, enquanto em São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro, criou-se uma igreja evangélica especializada em “curar” homens homossexuais, cujo objetivo manifesto era fazer o pecador sentir desejo por mulher.²

Várias pesquisas revelaram o contrário do estereótipo do brasileiro fogoso que se veiculava nas agências de turismo. Em 1986, o IBGE do Rio Grande do Norte constatou baixo uso de anticoncepcionais entre as mulheres entrevistadas, pelo simples motivo de que 80% delas nunca tinham relações sexuais.³ Em 1996, uma pesquisa conjunta da Central Geral dos Trabalhadores e do Ministério da Saúde sobre o comportamento sexual em várias categorias profissionais verificou que de 86% (caso máximo, no setor de processamento de dados) a 72% (caso mínimo, no setor de transportes), os profissionais eram fiéis no casamento.⁴

O perfil sexual conservador da população brasileira foi confirmado, de modo mais abrangente, por uma pesquisa Datafolha realizada nacionalmente em 1998, na faixa etária entre dezoito e sessenta anos. Num país que transformou a dança do bumbum em mania nacional, até o ponto de sua titular Carla Perez colocar as nádegas no seguro, supõe-se que a bunda gozasse de um prestígio eroticamente hegemônico. Pois bem, nesse mesmo país, 44% das pessoas entrevistadas afirmaram nunca ter praticado sexo anal. Se a relação sexual pré-marital foi uma prática admitida por 67% das pessoas, em contrapartida só 39% se julgavam totalmente liberadas, enquanto 43% ainda consideravam a virgindade feminina como necessária antes do casamento, e apenas 31% das mulheres admitiam ter orgasmo costumeiro. Se a masturbação foi considerada saudável por 63%, na prática ocorria outra coisa: boa parte da população entrevistada se masturbava pouquíssimo e 18% afirmavam nunca ter se masturbado na vida. A imagem de povo sensual também saiu chamuscada por outros resultados: 43% das pessoas entrevistadas reconheciam ter apenas interesse médio por sexo e 47% admitiam fazer sexo uma vez por semana, gas-

tando em média míseros 36 minutos semanais nessa atividade. Acrescentem-se os fatos de 64% considerarem a prostituição uma imoralidade e 30% nunca terem praticado sexo oral. Nessa mesma pesquisa, a grande maioria admitia nunca ter tido fantasias fora dos padrões mais convencionais, indício de uma sexualidade pouco criativa.⁵

Os dados comparativos indicavam uma defasagem entre o que se dizia e o que se fazia, marca característica da sexualidade no Brasil. Ainda que as pesquisas tenham tido cuidado para que as respostas fossem dadas de forma anônima e em privado, os resultados sempre podem ter sido subvalorizados, pois a tendência das pessoas é mascarar sua vida íntima, segundo a opinião de especialistas ouvidos pela revista *Veja*.⁶ Afinal de contas, vivemos numa cultura das aparências. Por isso, não era de espantar que, na mesma pesquisa Datafolha, apenas 14% dos homens e 5% das mulheres admitiram já ter tido relações homossexuais, ao mesmo tempo que 70% afirmaram não sentir nenhuma atração por gente do mesmo sexo.

Em 2016, uma ampla pesquisa sobre sexualidade brasileira, chamada Mosaico 2.0, entrevistou 3 mil pessoas entre dezoito e setenta anos, em sete regiões metropolitanas. Coordenada pela psiquiatra Carmita Abdo, do Programa de Estudos em Sexualidade (ProSex), do Instituto de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (IPQ-FMUSP), a pesquisa confirmava que, apesar de terem diminuído, muitos tabus ainda se mantinham no comportamento sexual dos brasileiros de ambos os sexos. Surpreendentemente, quase 90% dos homens e mulheres entrevistados se declararam heterossexuais, e quase metade das mulheres admitiu não se masturbar. Também se mantinha a defasagem entre pretensão e prática. Quando se perguntava sobre o número ideal de relações por semana, os homens escolheram a opção “oito vezes” e as mulheres “três vezes”. Mas a quantidade real praticada ficou muito abaixo: os homens responderam ter relação sexual “três vezes por semana”, enquanto as mulheres indicaram “duas vezes”. Carmita Abdo comentou que, “embora muita coisa tenha mudado e tenhamos a impressão de que hoje é mais natural falar sobre sexo, a sociedade ainda aborda essa temática com certa vulgaridade”. E completava: “Muitas mulheres temem julgamentos relacionados a certos comportamentos sexuais, o que acaba fazendo com que limitem o próprio prazer. Não é tão fácil, nem tão rápido, se libertar de padrões anteriormente impostos”.⁷

Na pesquisa de 1998 do Datafolha, outro resultado emblemático apontava que 54% das pessoas entrevistadas se diziam contra a legalização da união homossexual e 62% se opunham à adoção de crianças por casais homossexuais. Passada mais de uma década, uma pesquisa do Ibope de 2011 evidenciava ligeiro avanço, mas as desaprovações continuavam majoritárias. Realizada logo após a aprovação do Supremo Tribunal Federal (STF) para a união estável entre casais do mesmo sexo, a pesquisa apontava 55% de brasileiros contrários a essa determinação. Sobre a adoção de crianças por casais do mesmo sexo, os resultados seguiram a mesma tendência: 55% dos entrevistados não aprovavam.⁸

Tais constatações se distanciavam da crença, veiculada por parte da mídia ansiosa em detectar novas tendências, de que o consumismo do chamado *pink money* resgatara de um modo definitivo os homossexuais para a sociedade capitalista. Em certa medida, já se passara a aceitar o bom-mocismo de pessoas HIV positivas que confessavam publicamente essa nova “qualidade” do seu caráter, ou o exotismo da *lesbian chic* com “presença maciça na moda, no cinema e na música”, conforme hiperbólica constatação de um jornalista.⁹ No entanto, esse costumava ser um resgate tácito, um ato de condescendência que tolerava apenas sob rigorosas circunstâncias, aceitando uma homossexualidade *clean*, da qual estivesse depurado todo e qualquer resquício de “rebeldia”. Tal cooptação evidenciava-se, por exemplo, no caso da união civil entre pessoas do mesmo sexo, amplamente abordada pela mídia e que, apesar dos reacionários brasileiros de plantão, adquiriu certa simpatia internacional até mesmo em setores conservadores mais inteligentes.¹⁰ Mas, como essa “integração” resultava de um beneplácito concedido pela sociedade “civilizada”, a reprovação continuava latente, pronta para disparar a condenação moral no momento oportuno. Não por outro motivo, casais homossexuais continuaram por um longo período proibidos de adotar crianças, ainda que reconhecidos legalmente. A verdade é que a civilização sempre precisou de reservatórios negativos que possam funcionar como bodes expiatórios nos momentos de crise e mal-estar, quando então, por um mecanismo de projeção, ela ataca esses bolsões tacitamente tolerados. Em outras palavras, sempre que a minha situação não tem saída, a saída é atacar o mal fora de mim. As periódicas perseguições aos judeus têm sido, ao longo da história, claro exemplo dessa projeção ideológica.

Assim também se pôde constatar, por muito tempo, um recrudescimento do racismo contra os negros em vários moldes, inclusive científicos — segundo os quais, por exemplo, sua inferioridade genética se refletiria num QI mais baixo. A homossexualidade inscreve-se como mais um desses reservatórios negativos. Sendo a permissividade social basicamente oportunista, a tolerância varia de época para época, dependendo de fatores externos, que acrescentam à prática homossexual maior ou menor grau de periculosidade, conforme as necessidades circunstanciais.

Por isso, apesar de tolerada no Brasil, a prática homossexual acabou se tornando frequentemente um caso de polícia, ainda que não seja proibida por lei. No cotidiano reprimido de grande quantidade de homossexuais brasileiros, há centenas de exemplos. Relato um fato vivido por um amigo, no antigo Cine Windsor, que ficava no centro de São Paulo, especializado em filmes pornôis heterossexuais. É fato já bastante conhecido que salas decadentes passaram a sobreviver basicamente como pontos de paquera homossexual. No dia 18 de outubro de 1995, um grupo de homens que se apresentaram como policiais invadiu esse cinema e colocou indiscriminadamente os quase cinquenta espectadores na sala da gerência. Seu suposto chefe jogou sobre a mesa uma algema, apresentou-se como delegado e, após uma longa arenga sobre a vergonha de haver ali pais de família praticando atos imorais, tomou nota do nome, endereço e carteira de identidade de cada “infrator”. A seguir, correu o chapéu entre os aterrorizados espectadores, solicitando todo o dinheiro que tivessem no bolso e mesmo cheques, sob ameaça de levá-los à delegacia e ter seus nomes publicados nos jornais sensacionalistas do dia seguinte. Além do crime de extorsão, realizado com uma tranquilidade que denotava tratar-se de prática corriqueira, a perversidade do fato residia no seguinte: nenhuma atividade atentatória ao pudor que os espectadores masculinos pudessem estar eventualmente realizando entre si jamais se compararia ao que acontecia de modo explícito na tela, onde penetrações e felações de todo tipo se repetiam até o tédio, entre homens e mulheres. É claro que, considerando a clandestinidade que envolvia grande parte dos encontros homossexuais, os policiais tinham certeza de que dificilmente chegaria a ocorrer uma denúncia pública contra tal abuso.

Eu poderia citar muitos outros fatos de repressão que não chegaram à mídia — saunas e casas noturnas de frequência guei invadidas por policiais,

gangues organizadas atacando nas ruas (como no chamado Baixo Guei do Rio de Janeiro) e até mesmo invadindo bares do gueto homossexual (como ocorreu na lanchonete Burger & Beer, em São Paulo, atacada por trinta carecas em junho de 1996). Tudo isso comprova que a tolerância da repressão mantém sempre na algibeira a possibilidade de tirar vantagem — fato, aliás, que prostitutas, travestis e meninos de rua estão cansados de viver.

Ora, foi também graças à clandestinidade das práticas homossexuais que se impôs uma outra característica desses reservatórios negativos da sociedade brasileira: o silêncio que os envolve. De fato, tais circunstâncias só eram tornadas públicas se oferecessem material sensacionalista para as primeiras páginas da imprensa marrom (por exemplo, quando um padre foi preso em situação “comprometedora” num cinema de pegação guei de São Paulo ou quando a guarda municipal flagrou um conhecido ator do showbiz transando com outro homem numa praça de São Paulo). Era graças ao silêncio tácito que esses incidentes repressores nem sequer chegavam ao conhecimento coletivo, como se nunca tivessem existido nem constituíssem um problema social.

Se é verdade que a aids criou um surpreendente efeito de abertura (a ser analisado na última parte deste livro), ela sem dúvida infestou esse triste trópicos com uma paranoia que, sob pretexto de “resistência moral”, colocou de prontidão a ala conservadora — a mesma que às vezes cochilava com um olho mas mantinha o outro sempre alerta para vigiar e, de pronto, interferir. Bem de acordo com a vocação brasileira para a conciliação, as patrulhas da velha ordem se apresentavam cada vez menos como tais. Provando que neste país se costuma mudar o doce mas não as moscas, tais patrulhas vinham à tona camufladas sob a pele de médicos, psicólogos, juizes, bispos, pastores, políticos, radialistas, professores universitários e — pasmem! — até de roqueiros que, debaixo da gíria mais moderna, continuavam falando a mesma linguagem moralista dos seus avós. Usando indevidamente a autoridade que a ciência, a religião e a mídia (três medusas do nosso tempo) lhes conferiram, tais oráculos passaram a ditar regras morais, conforme se verá com mais detalhes adiante.

Por ora, quero apenas mencionar o mal contido júbilo com que certos estratos conservadores do país (aqui incluindo as retrovanguardas) anunciaram o refluxo daquilo que a mídia retumbantemente chamou de “revolução sexual” — fenômeno que quase nunca ultrapassou as manchetes mais sensacionalistas e que, temo eu, funcionou mais como golpe publicitário para vender produtos do

que como fator de transformação da consciência das pessoas. Daí a hipocrisia com que, ao se falar da homossexualidade, comentava-se o “fim dos modismos” — como se as práticas sexuais não institucionalizadas se limitassem a mero modismo. Pelos jornais, podia-se ler, por exemplo, que “brasileiro nunca leva a sério suas opções sexuais: aparece um Ney Matogrosso na televisão, então imita-se logo o comportamento andrógino” — no dizer de certa pesquisadora.¹¹ Pontificava-se que os modismos passam, mas o matrimônio fica; ou seja, após mais essa efêmera tempestade de luxúria, a Família recuperaria seus valores eternos, por graça de Deus e para tranquilidade da Pátria.

Em contrapartida, reforçou-se a imagem do casamento monogâmico como coisa eterna e não aquela instituição imposta a ferro e fogo, durante séculos, na vida dos indivíduos — desde a veiculação cotidiana pela mídia, em conluio com moralismos religiosos, até as punições, em séculos anteriores, impingidas pela Igreja e pela Inquisição a quem praticasse adultério. Isso abrangia até mesmo quem tivesse dentro do casamento uma prática sexual não enquadrada dentro dos fins procriativos aos quais ele, por definição, se destinaria. Tal atitude continuou presente, aliás, na sistemática campanha da Igreja contra a camisinha, em tempos de aids, sob pretexto de que se estaria reforçando a imoralidade. Nem a famosa misericórdia evangélica nem a infecção de numerosos padres católicos pelo HIV conseguiram demover a Igreja, cuja intransigência ao assunto beirava o irracionalismo.

Mas não foi esse o único argumento do neoconservadorismo brasileiro perante a homossexualidade. Envolto numa linguagem modernizada, reaparecia o velho argumento da *naturalidade*. Em vários setores, a aids foi vista como resultado de um descompasso entre a natureza e os costumes, pois sempre que “o homem invade o nicho ecológico, contrai novas doenças”,¹² conforme palavras do dr. Ricardo Veronesi, então professor de medicina da USP. Ao contrário dos médicos mais antiquados que usavam argumentos morais, a interpretação se modernizou (usando até conceitos ecológicos), para atingir os mesmos objetivos normativos.

Assim, a prática homossexual — que, ao contrário das evidências, continuava associada à expansão da aids — estaria rompendo um equilíbrio natural, de modo que a natureza se vingou, atingindo a humanidade com uma “pandemia, através da mutação de um vírus novo”, que, no caso específico, provocava a aids.¹³ Aceitando esse raciocínio, é espantoso que não tenha ocorrido nenhum

surto de pragas sexuais em vários povos antigos, por exemplo, ou em tribos indígenas de todo o mundo, inclusive brasileiras, praticantes seculares e reiteradas dessa “ruptura de equilíbrio natural” entre pessoas do mesmo sexo. Convém lembrar que argumentos equivalentes em oportunismo foram usados para explicar a eclosão da sífilis no continente europeu, em fins do século XV, quando supunha-se que até mesmo a masturbação provocava a nova doença.¹⁴

Para a aids “homossexualizada”, apareceram ainda argumentos baseados na “naturalidade nacional” — em que a vivência homossexual seria um costume fundamentalmente alienígena, recém-importado para o Brasil na esteira da chamada revolução sexual. Evidentemente, essa ideia colocava num mesmo saco as homossexualidades e, por exemplo, o bombardeio com que éramos, a qualquer hora do dia, atingidos pelo pior lixo da música americana, através de nossas rádios ou dos eletrodomésticos mais dispensáveis que atravessavam nossas alfândegas. Diante do jargão nacionalista baseado no rechaço à diferença, prefiro lembrar um delicioso conto de Aguinaldo Silva, em que uma bicha debutante, mas muito curiosa, resolve visitar o Cine Íris — paraíso popular da pegação guei carioca —, para conferir a existência de certa frase inscrita nas paredes do banheiro local. Mergulhando como um Dante no inferno, o personagem tateia na escuridão do cinema, onde só as prostitutas assistem ao filme, enquanto a população masculina se comprime nos cantos ou detrás das cortinas podres, em agitado intercâmbio erótico. Dentro do banheiro, a fumaça dos cigarros e a luz mortífera deixam entrever uns trinta homens, num clima de erotismo macabro que o fedor de urina velha só acentua. Aí, abrindo caminho por entre machos que gemem e suspiram em vários tons, a bicha debutante depara-se finalmente com a reveladora frase escrita, em caracteres enormes, na parede de uma privada em ruínas: “O Cine Íris também é Brasil”.¹⁵

Independentemente da conotação que se dê ao fato ou do que pensam os mais conservadores, a existência do Cine Íris (e territórios correlatos) é parte da vida brasileira.¹⁶ Ao realizar a pesquisa e escrever este livro, minha intenção foi exatamente esta: ajudar a recompor um território tantas vezes camuflado (quando não apagado) da vida e da cultura brasileiras. Se com isso pretendo responder aos guardiães da “moral nacional” e a certos profetas de uma apressada escatologia homofóbica, também desejaria que a complexidade da investigação dispensasse antecipadamente rotulações — às vezes até bem-intencionadas — que reduzissem esta obra a mais uma peça folclórica

exposta no jardim zoológico da indústria cultural, coisa muito comum neste país, sempre que o tema em pauta é a vivência homoerótica.

Para aqueles que venenosamente costumam tachar de “militante” (o que quer dizer: tendenciosa e unilateral) qualquer abordagem não risível do referido tema, adianto que me deparei com o estigma já desde as minhas tentativas em buscar financiamento para as pesquisas, que acabei realizando (durante muitos anos) com a ajuda de amigos e por minha própria conta, depois que pelo menos duas entidades especializadas me responderam com negativas, uma sob alegação de financiar apenas pesquisas ligadas à mulher e a outra, pesquisas ligadas à universidade. A força do estigma não arrefeceu, apesar de terem se passado mais de três décadas desde a primeira edição.

Durante anos, tentei em vão reeditar este livro — que parecia editorialmente apetecível, considerando a rapidez com que as três primeiras edições se esgotaram. Misteriosamente, no entanto, minhas reiteradas propostas a várias editoras, pequenas e grandes, resultavam em negativas gentis e argumentos plausíveis: “não é nossa linha editorial”; “livro volumoso demais para nossas edições”; “não temos política de lançar segundas edições” etc. Quando, logo depois, esta última editora passou a fazer sistemáticos relançamentos, tive certeza do caráter falacioso de tais argumentos, que escamoteavam os verdadeiros motivos. O leitor talvez possa adivinhar quais são eles através da explicação que me foi dada por um editor menos sutil, em 1993, para justificar sua recusa em relançar meu romance *Em nome do desejo*: “Não publico pornografia *dépassé*”. Não por coincidência, a temática desse romance também é o homoerotismo — vivido na história de amor entre dois rapazinhos, num seminário para padres. Quanto a ser *dépassé*, suponho estar relacionada à existência da aids, que em tese teria tornado toda prática homossexual ultrapassada — e mais indesejável do que nunca. Claro que tal opinião não é novidade, relativamente à minha obra, que muitas vezes tem abordado a homossexualidade, em ficção ou não. Já perdi a conta de todas as recusas que recebi, apontando para uma estigmatização às vezes mais, às vezes menos, explícita.

Como participei ativamente do movimento pelos direitos homossexuais no país, passei a merecer a suspeita (ou franca acusação) de “fazer proselitismo homossexual”, um surrado argumento repetido por reacionários de todas as tendências, sempre que se deixa de mostrar homossexuais morrendo de infelicidade. Não sei se o argumento está impregnado de má-fé ou de conveniente

ignorância, mas a verdade é que a abordagem sobre minha obra com frequência minimizou o aspecto literário para se concentrar em julgamento moral. Na mais sombria das hipóteses, o que eu faço é uma contrapropaganda defensiva, em busca da sobrevivência psicológica. Suponho não ser necessário muito esforço para entender o que quero dizer com isso. Veja-se como nossas reportagens televisivas de Carnaval privilegiam os corpos femininos seminus em cima dos carros alegóricos. Nos anúncios publicitários, mulheres gostosas e seminuas são convocadas para vender desde calcinhas até apartamentos, ostentando um tipo de beleza pasteurizada, a partir da imposição de um gosto heterossexual masculino sobre o resto da sociedade.

Se a ideia é a normalidade heterossexual imposta com base na maioria estatística, então a publicidade deveria seguir o gosto das mulheres, a maioria populacional no Brasil. Isso evidencia a existência de uma distorção tornada sistema que realiza, em todos os lugares e horas, uma propaganda implacável do casal heterossexual como cabeça da família, tornada base da sociedade. Não se trata de paranoia (já que a realidade pode ser muito mais paranoica do que nossas mentes), mas de uma armação ainda mais eficaz porque articulada, quase informalmente, como uma rede sem comando central.

Nem por isso meu propósito aqui seria substituir os heróis convencionais por outros (sou alérgico a heróis) e puxar a brasa para a minha sardinha. Pretendi com este livro realizar um trabalho de desconstrução, para tentar mostrar que no Brasil a brasa sempre foi puxada para a sardinha daqueles que constroem padrões de sexualidade a partir dos gêneros masculino e feminino vendidos como “naturais”, ainda que sejam fenômenos culturais flexíveis. Prefiro lembrar o velho Oscar Wilde, para quem “o natural é uma pose difícil de ser mantida”.¹⁷

Nos capítulos que se seguem, os leitores poderão compreender por que essa discussão já faz parte da própria questão aqui abordada. Não deixa de ser surpreendente que muitos fatos repressivos relatados ocorreram nos séculos XX e XXI, arrogantemente ciosos da sua liberalidade. Apesar de todas as discussões amplas e públicas sobre a homossexualidade, provocadas sobretudo pela eclosão da aids, entre nós continuou valendo acima de tudo o arcaico “faça mas não diga”, genuinamente verde-amarelo-azul-e-branco.

Quando, nos idos de 1970, o então professor universitário Fernando Henrique Cardoso comprava o jornal *Lampião* na Livraria Kairós, em São

Paulo, e mandava embrulhá-lo, isso mostra sem dúvida que ele era um dos poucos intelectuais de esquerda tentando estar antenados com seu tempo; mas também evidencia como não era de bom-tom, nem sequer a um intelectual antenado, sair por aí exibindo um jornal que a mídia chamava de “porta-voz dos homossexuais”. Esse poderia ser um dos muitos exemplos, em qualquer época, dos matizados recursos através dos quais nós, brasileiros, realizamos cotidianamente – em casa, no trânsito, no trabalho, na política e na cama – aquela vocação histórica para dissimular, evitando o confronto com fatos incômodos e desagradáveis, senão “o povo vai falar”. Tal circunstância foi tão bem expressa num refrão musical tornado popular por Ney Matogrosso que poderia fazer parte do nosso hino nacional: “O que a gente faz/ É por debaixo dos pano/ Pra ninguém saber”.¹⁸

O mais visível efeito colateral da tendência brasileira à dissimulação ou conciliação (muito confundida com cordialidade) é que se perdem os referenciais, detendo-se no mais fácil, como expediente para se desviar do mais grave. Assim ocorreu quando o então presidente da República Itamar Franco foi fotografado, num camarote do Sambódromo carioca, em companhia de uma modelo sem calcinhas, no Carnaval de 1995. Isso forneceu matéria para tudo, desde o mais puro sensacionalismo até a indignação nacional. No entanto, passou em brancas nuvens o fato de que o presidente ocupava o camarote de um bicheiro, considerado fora da lei e buscado pela Justiça.¹⁹ O falatório serviu apenas como cortina de fumaça para ocultar o mais importante.

No contexto deste livro, eu e leitores/as estaremos nos deparando com o enigma de duas identidades: a de homossexual e a de brasileiro. Supondo, por questão de método, ser a priori possível falar em “identidade”. Vamos nos defrontar com duas questões incômodas mas inevitáveis e, no caso, complementares. Pode-se, sem incorrer em equívocos, falar de uma *identidade homossexual*? Haveria alguma coisa definitiva que pudesse ser chamada de *caráter brasileiro*? Nos dois casos, trata-se de questões complexas tanto em sua formulação quanto em suas implicações colaterais.

2. Ser ou não ser homossexual

Este livro não pretende discutir as “causas” da homossexualidade. Tal questão – que historicamente tem obcecado cientistas, psicólogos e juristas – parece-me dispensável e equivocada. Quando perguntado a respeito, Jean Genet respondeu que buscar a origem da homossexualidade lhe parecia tão irrelevante quanto tentar saber por que seus olhos eram verdes.¹ As situações serão aqui abordadas a partir da homossexualidade como fato consumado, sem precisar de justificção causal. Em outras palavras, pretendo me ater antes de tudo às vivências pessoais como dados inegáveis da realidade. Mas não posso me esquivar do fato de que, a partir da década de 1990, a ciência veio estudando, com redobrada energia, a origem da homossexualidade. Alguns estudos biogénéticos reacenderam a velha teoria da homossexualidade congênita, que portanto seria herdada por uma diferença cromossômica. Alguns cientistas bioquímicos e neurobiólogos americanos teriam constatado, num grupo de homens homossexuais, a existência de uma versão diferenciada do cromossomo X masculino, que possuiria uma região especial, batizada de Xq28, responsável pela tendência homossexual. Ser homossexual seria, portanto, uma marca genética imutável, tal como ser canhoto ou ter olhos e cabelos de determinada cor.²

Além de não ter sido confirmada em experiências posteriores, a existência do “gene guei” levanta algumas dúvidas óbvias. Aceitando-se tal pressuposto, a prática bissexual seria impossível, pois a pessoa estaria geneticamente

determinada a ser apenas homo ou heterossexual. E como explicar que, no decorrer de séculos, milhares de homossexuais não assumidos tenham conseguido ludibriar sua “vocação” genética para viver marital e socialmente como heterossexuais, até o ponto de nem serem percebidos?

Na mesma esteira geneticista, um estudo dos anos 1990 chegou a “descobrir” uma liga o entre homossexualidade e impressões digitais: em compara o aos heterossexuais, os homossexuais teriam 30% mais estrias na mão esquerda. Tal interesse científico ganha contornos de morbidez se considerarmos que até mesmo as moscas foram geneticamente “induzidas” ao comportamento homossexual. De fato, um estudo constatou que o apetite homossexual se acentuou em moscas machos sempre que faltou no seu cérebro o neurotransmissor serotonina — o mesmo que, no ser humano, está relacionado à depressão e ao comportamento violento.³ Em 1995, uma veterinária brasileira apresentou outro estudo concluindo que grávidas ansiosas geravam filhos menos viris, podendo o estresse materno provocar a homossexualidade nos beb s. A pesquisadora injetou em ratos uma droga que produzia ansiedade e notou que eles demoravam mais para acasalar e ejacular do que os ratos não injetados. Graças a esse “prejuízo hormonal e bioquímico de masculinizac o”, ela sugeriu que existia uma “base neural” para o comportamento homossexual.⁴ Verifique-se como, reiteradamente, a homossexualidade ficou associada a aspectos patológicos, fossem eles falhas químicas (porque faltou uma substância) ou comportamentais (como a depressão, a agressividade e o estresse). O desperdício de tanta energia em experimentos que levaram a conclusões tão irrelevantes só poderia ser explicado pelos parâmetros de um preconceito secularmente arraigado nos cientistas.

A busca do “cromossomo guei” inseria-se, de certo modo, no bojo de um refluxo ideológico como rea o ao libertarismo contracultural da década de 1960 — segundo o qual, tudo seria culturalmente determinado (“Não há orgasmo sem ideologia”, dizia-se então, na esteira do teórico francês Michel Foucault).⁵ No mesmo quadro revisionista dos anos 1990, incluíam-se propostas científicas sobre a inferioridade intelectual das mulheres e o QI mais baixo dos negros. Tais ideias remetiam de forma assustadora às teses de cunho positivista e fascista da psiquiatria do começo do século XX sobre a determina o genética dos delinquentes, a partir da qual seria possível “reconhecer” criminosos até por seus traços faciais.

O que mais inquieta na hipótese geneticista não é um novo tipo de discriminação veiculado. Mais graves são os *motivos* que levam a buscar teorias de *origem*. Como não existe ciência neutra, todo projeto científico se estabelece a partir de determinado ponto de vista subjetivo, envolvendo idiosincrasias do cientista e do seu meio. Quer dizer, já ao eleger o que será examinado, entram em jogo os dados culturais de quem propõe tal exame *porque* algo lhe parece estranho e subjetivamente passível de exame. O próprio gesto investigativo cai sob suspeita por implicar um julgamento valorativo: quando se *questiona* a origem de algo diferente, fica sugerida a ideia de um desvio da normalidade. Assim, não foi por acaso que, entre as múltiplas vertentes da sexualidade, as teorias geneticistas escolheram enfocar a homossexualidade. Para o estudioso Andrew Sullivan, isso se deveu ao ponto de vista heterossexual dominante, que estabeleceu os termos do debate, colocando-se como referencial.⁶ Ora, se um determinado tipo de desejo depende de um gene, é óbvio que outros tipos dependerão de genes diversos, o que significa admitir a vocação genética do desejo em si. Nesse caso, por que não se pensou em investigar as raízes genéticas da atração pelo sexo oposto? Se era útil buscar, por exemplo, as origens cromossômicas do prazer sadomasoquista, conviria fazê-lo também em relação ao sexo papai-mamãe — caso contrário, já se estaria predeterminando que uma situação deveria ser investigada por *desviar-se dos parâmetros normais*. Portanto, buscavam-se as origens genéticas da homossexualidade por considerá-la no mínimo um fato de exceção, como bicho de zoológico, ou próximo à anomalia, como um rato induzido em laboratório.

Mas entre os próprios homossexuais existiam posições “pró-vocação” genética da homossexualidade. Julgando que assim ficaria por definitivo afastada a possibilidade de se condenar algo que seria tendência natural e não escolha, estudiosos assumidamente gueis acharam bem-vinda a tese da homossexualidade cromossomicamente determinada. Essa tentação, nada nova, escondia um equívoco. Na segunda metade do século XIX, foi um militante “uranista” (como se chamava então o homem que praticava sexo com homem) quem criou o termo “homossexualismo” — visando legitimar biologicamente a “vocação” homossexual e isentar de culpa os seus “vacionados”. De fato, isso deu início a uma importante mudança de postura da ciência, que passou da condenação à curiosidade *científica* perante uma anomalia, digamos, moralmente neutra. As descobertas da psicanálise impulsionaram e sedimentaram tal processo. Mas,

como se trata de uma faca de dois gumes, a contrapartida deve ser lembrada para evidenciar a ingenuidade da proposta inicial, pois a situação se tornou rósea apenas negativamente.

Partindo do pressuposto eugênico de que os homossexuais eram anormais incuráveis, como os loucos e os aleijados, o nazismo estigmatizou-os com o triângulo rosa e determinou sua eliminação como corolário obrigatório para a boa saúde da sociedade.⁷ Tal postura corresponderia à possibilidade de identificar bebês homossexuais ainda em embrião para abortá-los — imitando prática comum na Índia de interromper a gravidez quando se trata de feto feminino. Pior: havia também a hipótese assustadora de utilizar a manipulação genética para evitar antecipadamente que bebês apresentassem “desvios” de sexualidade. Numa pesquisa sobre eugenia realizada na Grã-Bretanha pelo Instituto Gallup, 10% dos entrevistados (um dos maiores percentuais no total) aceitavam a manipulação genética *para mudar traços homossexuais*. Tal resultado, de 1994, é particularmente significativo porque duplicou o resultado de pesquisa semelhante realizada no ano anterior.⁸

Como não havia um consenso sequer entre os cientistas, a proposta de determinação genética restringia-se ao campo da mera especulação. Em 2012, o assunto ainda não tinha saído da pauta. Para substituir a hipótese hereditária da homossexualidade, cientistas da Universidade de Uppsala, na Suécia; da Universidade da Califórnia, em Santa Bárbara; e da Universidade do Tennessee mudaram o foco da genética para a epigenética na tentativa de explicar por que a homossexualidade é tão comum. Segundo eles, sua ocorrência poderia ser explicada pela transmissão de epimarcas (e não mais genes), num processo sexualmente antagônico. Os três autores montaram um modelo segundo o qual uma marca epigenética (epimarca), que regula a sensibilidade à testosterona em fetos, pode ser transmitida de mãe para filho e de pai para filha, influenciando sua orientação sexual. “O que fizemos foi colocar pela primeira vez o conceito da transmissibilidade epigenética no contexto de desenvolvimento sexual”, afirmou o dr. Urban Friberg, da Universidade de Uppsala.⁹ Em 2016, cientistas norte-americanos da Universidade da Califórnia, em Los Angeles, afirmaram poder prever se alguém seria homossexual ou heterossexual com até 70% de precisão, desdobrando a mesma ideia de exame do DNA. “Este é o primeiro exemplo de um modelo preditivo para a orientação sexual com base em marcadores moleculares”, afirmou o dr. Tuck Ngun. No entanto,

tratava-se de mais um estudo sujeito a confirmações. Tãmanha precisão em pesquisa diminuta, com alguns poucos pares de gêmeos, provocou ceticismo em cientistas como Darren Griffin, professor de genética na Universidade de Kent: “Reivindicar um valor preditivo de 70% de algo tão complexo como a homossexualidade é ousado. [...] Embora haja uma forte evidência com base biológica para a homossexualidade, a minha impressão pessoal sempre foi de existirem vários fatores contribuintes, incluindo experiências de vida”.¹⁰ Mesmo porque os resultados da própria pesquisa não excluíaam variantes de agentes externos influentes, como fatores ambientais e outros alheios à epigenética.¹¹

No extremo oposto, também a abordagem culturalista apresentava lacunas, quando privilegiava a ideia de uma “opção sexual”. Alguém escolhe seu próprio desejo? Talvez perifericamente, mas não até o ponto de determinar se sentirá atração definitiva pelo sexo oposto ou pelo mesmo sexo. Assim, não creio que 99% das pessoas que se sentem como homossexuais poderiam dizer que fizeram uma opção. Ao contrário, sentiram-se levadas por uma tendência anterior. Eventualmente, elas tiveram sim que assumir sua homossexualidade no nível social, mas o rumo para onde apontava o seu desejo — alguém do mesmo sexo — já estava forçando essa escolha. Ou seja, tais pessoas fizeram opção de ser *socialmente* homossexuais, não de *desejarem* homossexualmente. Então, será que algo dentro delas as levou a tal escolha sem pedir sua opinião?

Para os psicanalistas, esse *algo* seria o inconsciente. Mas, ainda assim, seria o inconsciente resultante de categorias exclusivamente culturais, quando influem de modo não totalmente consciente? Creio que não. O inconsciente trabalha com elementos de uma química misteriosa, que articula as tendências de um indivíduo por “mistério” de composições complexas com bases hormonais, metabólicas e transpessoais, nas quais os dados culturais, educacionais e psicológicos podem sim interferir, modificando-as. No caso do desejo, investigar origens parece-me supérfluo, quando se busca apenas uma categorização. Seria preferível falar em “inefabilidade”. Oriente-se o desejo para que lado for, haverá sempre um mistério em sua raiz. Diante disso é possível qualquer outra postura além da aceitação? A homossexualidade pressupõe a aceitação do mistério das suas razões como um componente a mais da realidade. Aceitar seu “mistério” faz parte do encontro inevitável com o princípio da realidade.

Se o desejo humano funciona com objetivos específicos (ainda que enigmáticos), é neles que se encontra sua fragilidade e sua força. Mesmo quando se

pretende libertária, a especificidade do desejo pode resultar falsa sempre que sucumbir às imposições de poder ou se deixar plasmar pelas modas de cada época e cultura. Não foi muito libertador adotar como sex symbols os atores e atrizes impostos pela incessante lavagem cerebral de Hollywood ou da mídia. Ainda assim, releva-se o outro lado: a ânsia por especificidade potencializa o desejo para encontrar saídas imprevisíveis e até refratárias aos padrões impostos. Como vimos, sua constituição trabalha com componentes de uma química tão intrincada que chega a ser enigmática, quando não paradoxal: a própria “vocação” natural empurra à individualização libertária.

Se as padronizações culturais da sexualidade muitas vezes reduziram o desejo a formas não intercambiáveis, a natureza de cada indivíduo pode propor o contrário: um universo desejanste quase ilimitado na sua inventividade. As sublimações e as chamadas “perversões” mostram como o desejo sempre encontra seus caminhos, mesmo contra a corrente. Andrew Sullivan lembra, a propósito, a capacidade singular de homossexuais historicamente resistirem aos sistemas de poder que os controlam, subvertendo para tanto as próprias convenções controladoras. Nessa subversão cultural se inscrevem o deboche, a desmunhecação, a ironia e o riso, florescendo num descaso pelas normas de gênero sexual (como o cultivo ao travestismo) e no uso distorcido da linguagem.

Em resumo, não existem objetos sexuais determinados de modo *absoluto* pela natureza, nem mecanismos culturais que compartimentalizem de modo *insuperável* o desejo: este se inclina num movimento de polivalência pendular e mutabilidade básica dos indivíduos, para além das ideologias que procuram estabelecer padrões e normas sobre a natureza. Se foi confirmada uma parcela de determinação natural no desejo, também é indiscutível que ele está sujeito a propensões culturais mutáveis no decorrer da história — inclusive a história de vida pessoal. Conforme o desdobramento das discussões e pesquisas, pode-se dizer que na orientação do desejo ocorre “quase sempre uma interação complexa entre natureza e cultura, entre predisposição e vontade”.¹²

O desejo homossexual partilha de uma extrema pluralidade libertária — mas também dos paradoxos da padronização cultural de cada período. Nesse exercício de corda bamba, faz sentido perguntar se é adequado e funcional *definir* a homossexualidade, outorgando-lhe algo como um caráter definitivo e uma natureza compartimentada. Ainda que seja possível falar de uma tendência natural, nem por isso estamos diante de uma *condição* (tal como as condições

biologicamente determinadas de macho e fêmea), quer dizer, uma maneira inata de ser. Antes, trata-se de uma *circunstância* que tem determinações biológicas, ainda assim muito frágeis e mutantes.

Nesse sentido, o “assumir-se” homossexual poderia acabar criando uma nova forma de categorizar o desejo, justamente por outorgar-lhe uma naturalidade absoluta, que arrisca inaugurar novos parâmetros de normalidade — assim como faz a ordem médico-psiquiátrica, ao pretender reprimir desejos considerados desviantes da “norma” heterossexual. As pesquisas e discussões sobre a bissexualidade básica do ser humano continuam apontando para um panorama ambíguo, de difícil organização conceitual. Portanto, criar conceitos fechados de homossexual (ou bissexual) acabaria servindo mais aos objetivos da normatização do que a uma real liberação da sexualidade, inclusive por incentivar diretamente a política do gueto, do separatismo e do racismo sexual, numa discriminação às avessas. A partir da década de 1980, tais objeções tornaram-se agudas em certos setores universitários e do próprio movimento homossexual, provocando ferrenhos adversários do “assumir-se”. No Brasil, assim como em outros países, muitos ex-militantes mantiveram-se reticentes diante de uma definição de homossexual, qualquer que fosse. Sua atitude enriqueceu um debate importante, já que estava em jogo o próprio direito das pessoas homossexuais de gerir pluralisticamente sua vida, seu afeto e sua sexualidade. Como não se chegou a nenhuma conclusão definitiva, o debate continuou.

Na década de 1990, começou a preponderar a ideia da visibilidade, ou seja, a vantagem política de se mostrar socialmente assumido, quer dizer, dentro de uma definição clara de homossexual. Ainda assim, não se tratava de uma posição unânime. Para o psicanalista Jurandir Freire Costa, as categorizações que criavam identidades como heterossexual e homossexual não eram universais, mas localizadas em determinado momento histórico e cultural.¹³ A cultura precisa criar “artefatos de fixação de identidades”, que são esses predicados provisórios, indicativos de características pessoais e agregados ao eu. Daí por que é falacioso identificar o sujeito inteiro exclusivamente por um determinado modo de ser; ou seja, transformar em substantivo aquilo que de início era adjetivo qualificativo. A sociedade age assim, muitas vezes perversamente — o homem judeu tornou-se o *judeu*, a mulher negra tornou-se a *negra*, o rapaz adolescente tornou-se o *adolescente* etc. Em oposição às

peças “normais”, aquelas que transam com o mesmo sexo tornaram-se os/as homossexuais.

Utilizar tais categorizações identitárias é assumir toda a carga negativa com que a ciência e a cultura vieram sobrecarregando-as, afirma Jurandir Freire. Para rechaçá-las, ele propôs substituir o termo homossexualismo por *homoeerotismo*, que não estaria carregado de significantes pejorativos.¹⁴ Do ponto de vista do significado, a vantagem do termo homoerotismo é indiscutível: ao contrário de homossexualismo, exclusivamente voltado para a prática sexual, sua abrangência abrigaria uma gama bem ampla de comportamentos e tendências. Talvez seja importante tentar introduzi-lo em nosso vocabulário cotidiano. Ainda assim, as ponderações de Jurandir Freire Costa não me parecem totalmente convincentes, pelo simples motivo de que no dia a dia precisamos de um termo para nos referenciarmos. Por mais provisórios que possam ser, esses “artefatos identitários” instauram a possibilidade de comunicação, pois “não podemos vagar no universo ambiental como pedaços de tábua de um naufrágio”, nas palavras do próprio Jurandir. Por outro lado, qualquer descrição ou definição da atração sexual (ou meramente erótica) entre pessoas do mesmo sexo continuará se carregando de elementos pejorativos enquanto a sociedade mantiver a propensão a estigmatizar esse tipo de tendência. Daí por que me parece frágil qualquer substituição meramente linguística. Afinal, cada tempo tem a sua maneira de nomear, interpretar e *identificar* o mundo.

A maneira mais generalizada de que dispomos para definir quem transa com o mesmo sexo é a categoria “homossexual”, com todas as suas limitações. Por mais daninha que essa categorização possa ser, enquanto restritiva e negativa, trata-se de um instrumental linguístico — assim como em outros tempos usavam-se também restritiva e negativamente “sodomita”, “somítego”, “uranista”, “tribade” (para as mulheres) etc. Se as objeções à “construção de uma identidade guei” fazem sentido, também é verdade que não se pode negar uma denominação qualquer ao desejo, ainda que por mera questão de método. Recusar radicalmente o assumir-se me parece uma posição irrealista, porque a sociedade está toda baseada em definições — verdadeiras ou falsas, não importa, mas que são parte de um “jogo de linguagem possível”, como observa ainda Jurandir Freire. Pelo simples fato de existir o desejo entre pessoas do mesmo sexo, é necessário referir-se a ele sob algum tipo de denominação; caso contrário, no limite acabaríamos voltando aos tempos da sufocante e hipócrita

invisibilidade (“O amor que não ousa dizer seu nome”), que só reforçava os mecanismos repressivos.

Aliás, não parece coincidência que — pelo menos no Brasil — esse posicionamento anti-identidade começou a grassar ao mesmo tempo que a realidade homossexual passou a atrair sobre si as iras de certas áreas mais conservadoras da sociedade, no período agudo de pânico da aids. Além do mais, a discussão chegou a tornar-se bizantina, resvalando para preciosismos linguísticos impraticáveis, quando inseridos no cotidiano e distanciados dos muros da universidade que os quis instaurar. Foi assim, por exemplo, a fórmula proposta para substituir o assumido “sou homossexual” por um reticente “estou homossexual”. Politicamente, tratou-se de um retrocesso: já mencionei como a sociedade marca seus espaços hegemônicos com definições claras e definitivas. Por mais bem-intencionados que pudessem estar, aqueles teóricos esqueciam-se de que *ser* heterossexual constitui um estado social claramente determinado. Quando um homem se casa com uma mulher que muda até seu sobrenome, e ambos passam a usar uma aliança no dedo esquerdo e vão constituir família, é impossível socialmente dizer que “estão” heterossexuais — a sociedade exige provas concretas e cotidianas desse compromisso de ser. E todas as práticas sexuais acabam se estabelecendo em referência ao estado heterossexual hegemônico.

Por isso, a situação dos assim chamados bissexuais enredou-se em inevitáveis complicações quando eclodiu um vírus como o HIV, que de início passava por uma definição sócio-epidemiológica muito estrita, “revelando” a vida dupla de tantos pais de família que *eram* heterossexuais, mas *estavam* homossexuais nas suas escapadelas para encontros gueis clandestinos. Deve-se acrescentar que a intelectualizada (e não de todo desprezível) postura de “estar homossexual” acabou compactuando de maneira indireta com a moda guei-macho ou bicha-barbie, através da qual homens homossexuais passaram a procurar mais do que nunca viver dentro dos padrões sociais de normalidade, enfatizando de modo deliberado sua constituição viril e evitando de forma até agressiva a proximidade de estereótipos efeminados, num alarmante culto à misoginia. Nesse mesmo esforço de superação semântica da identidade do desvio, buscou-se também introduzir a esdrúxula categoria “homoternurismo”, que caracterizaria uma aproximação de amizade enternecida, mas longe do homossexualismo (e, no caso, a definição parecia restringir-se ao sexo masculino).¹⁵

Ora, chega a parecer obsessivo (para não dizer, fóbico) demarcar fronteiras entre o que os homens fazem terna ou eroticamente entre si, considerando que a emoção humana é algo fluido por natureza. Com que parâmetros se erigiria a delimitação? Que termômetro impossível conseguiria avaliar se um carinho entre dois homens estaria sendo apenas terno ou já erótico? Em última análise, tratava-se de uma tentativa vã, que equivaleria a cancelar o velho e sempre incômodo Freud, para quem as expressões de sexualidade são tão mais intensas quanto mais utilizam os canais que tentam negá-la. Segundo o psicanalista Renato Mezan, não se pode impunemente separar ternura e sexualidade, porque ambas têm a mesma raiz na sedução. A diferença entre uma e outra depende apenas do grau maior ou menor de sublimação — conceito que, no limite, remete à ideia de recalque.¹⁶ E eu me pergunto quantas vezes o recalque não se configurou como prosaico enrustimento, no caso da homossexualidade. Aliás, foi tal a sedução exercida pela categoria “bicha”, no âmbito cultural, que nem a reafirmação de caquéticos mecanismos de controle impediram a mídia de descobrir definitivamente (e se refestelar com) a homossexualidade. Ou seja, não será uma deliberada volta ao armário que livrará homossexuais da manipulação, em especial depois de tudo o que a aids fez eclodir. Se a ambiguidade do desejo é fundamental, ela com certeza vai sendo bombardeada e remodelada por múltiplos parâmetros sociais — sobre os quais nos deteremos adiante.

Ao me referir à identidade guei, já por força dos objetivos deste livro, estou ciente do terreno escorregadio. Em todo caso, pareceu-me absurdo abolir qualquer referência à identidade, conforme prescrições da escola ligada às teorias da sexualidade de Michel Foucault, muito em voga na década de 1980. É verdade que o debate continuou oscilando entre o culturalismo radical e o determinismo biológico. Mas nem por isso pretendi cair no equívoco populista de consagrar aqui a bipolarização bicha/bofe, tal como acontece no cotidiano brasileiro, perpetuando o estereótipo do homossexual exclusivamente “passivo” (o mesmo raciocínio vale para a mulher homossexual, tomada sempre como “ativa” e sinônimo de sapatona).

Recusei, igualmente, as diferenciações pseudocientíficas (que estiveram em voga nos meios de comunicação) entre “homossexual” e “bissexual” como dois grupos estanques. Aliás, o aparecimento da aids veio forçosamente romper essas classificações. Desnorteada sobre onde exatamente detectar o estigmatizante vírus e acostumada a tudo compartimentalizar, a mídia inaugurou até mesmo

a curiosa categoria de *heterossexual promíscuo*, eufemismo para se referir àquele em cuja rede sexual tudo o que cair é peixe — sem abrir mão, no nível social, de sua “condição de macho”. Só para aturdir os que, em se tratando do comportamento humano, são fanáticos da régua e do compasso, poderia se colocar uma questão: o chamado “bissexual” seria um heterossexual que transa com homem ou um homossexual que transa com mulher? Assim também, se “heterossexual promíscuo” é aquele que, nas horas vagas, transa com homem, que tal criar a categoria “homossexual promíscuo” para se referir àquele que de vez em quando transa com mulheres, só para confirmar a regra? Razão tem o vírus HIV, que é sábio porque cândido e, com certeza, não está sob as ordens dos moralistas, para denunciar quem é e quem não é.

Ao invés de penetrar na selva das categorizações bizantinas e estéreis, preferi considerar como homossexuais ou homoeróticas mais as *relações* (ainda quando isoladas) do que as *pessoas* isoladamente. Houve aí um esforço em adjetivar as variantes do desejo, procurando amainar as categorizações substantivas. Ainda assim, esse será um adjetivo a mais num conjunto inevitável de qualificativos, que definirá alguém como homossexual além de brasileiro ou inglês, nordestino ou gaúcho, jovem ou velho, alto ou baixo etc. Como acredito na extrema polivalência do desejo, neste livro trabalhei com a existência de *homossexualidades*, tantas são suas variantes.

Parti da ideia de que, especialmente num país como o Brasil, seria bastante equivocado restringir a vivência homossexual (e sua diversificada expressão cultural) ao grupo dos guetos urbanos nos quais as repressões sociais e a imaginação pudica meteram os cidadãos e cidadãs apelidados de *entendidos*, *viados*, *bichas* ou *baitolas*, tanto quanto *sapatonas*, *fanchonas* ou *pitombas* para as lésbicas. Sem falar das vivências duplas, não se pode esquecer que existe numerosa população de vivência exclusivamente homossexual que não aceita e, muitas vezes, detesta confundir-se com o gueto guei ou, menos ainda, frequentá-lo. Considere-se, além disso, que o epíteto altamente pejorativo de *viado* acabou descarregando o estigma sobre os ombros dos mais efeminados (a homossexualidade “visível”). Graças a esse fenômeno brasileiro (e latino), um grande número dos assim chamados “machões” ou “bofes” consegue mascarar socialmente suas vivências homossexuais, sejam elas regulares ou esporádicas, frequentando bichas que vão das menos pintosas até os travestis mais freneticamente femininos.

Como já mencionamos, boa parte do pânico provocado pela aids certamente teve a ver com suas possibilidades de *revelar*, trazendo os subterrâneos à tona. E eu pergunto, diante das evidências: acaso não seriam homossexuais as relações eróticas comprováveis, durante o dia ou à noite, em grande parte dos nossos banheiros públicos (masculinos), onde os machos ostentam entre si ereções (e iniciativas libidinosas) tão fáceis e fartas quanto sua mesma capacidade em, fora dali, vangloriar-se das conquistas femininas? Quantos homens brasileiros, depois de cumprir (ou nos intervalos de) seus deveres “sociais” de casar e ter filhos, não se sentem mais “liberados” e partem para uma vida (homo)erótica, porque menos bitolada, ainda que rigorosamente clandestina?

Todas essas questões tornam, portanto, vãs e discutíveis as tentativas de adentrar o campo das definições estritas e das estatísticas. Nesse intrincado e enigmático território do desejo, como calcular de forma adequada o número de pessoas homossexuais existentes no país, se já a própria definição do elemento pesquisado é espantosamente fluida? A aids talvez tenha cumprido, além de outras numerosas funções, essa de borrar os enganosos limites entre o que é e o que não é atividade homossexual. Assim, numa reunião informativa sobre a doença, em São Paulo, um rapaz (naturalmente ansioso por se esquivar do estigma) declarou, a um repórter, estar ali por ter transado com um travesti; mas, dizendo-se heterossexual convicto, enfatizou ter sido ele o *ativo* na relação.¹⁷ Essa última informação, no caso, fazia sentido apenas como prestação de contas no âmbito social. Ativo ou passivo, casado ou solteiro, o que importa é que esse rapaz (como tantos outros) poderia ter sido flagrado, pelo vigilante vírus, em meio a uma relação *homossexual*. Isso se torna ainda mais assustador num país como o Brasil, farto em atividades “extracurriculares” e onde “É por debaixo dos pano/ Que a gente comete um engano/ Sem ninguém saber”. Ora, no caso da aids, também “É por debaixo dos pano/ Que a gente entra pelo cano/ Sem ninguém ver” — conforme a canção popularizada por Ney Matogrosso.

Apesar das alarmantes estatísticas confirmando a disseminação da aids nos mais diversos grupos sociais, o imaginário popular relacionava essa doença (antiga “peste guei”) à prática sexual entre homens e ao gueto homossexual, onde ela se desenvolveu, no eixo Europa/América do Norte/América Latina. Por isso, a aids era sentida como reveladora e, com isso, estigmatizante. Em certo sentido, um vírus inocente acabou resolvendo num tapinha o crucial

problema que estatísticos e pesquisadores nem sequer conseguiram equacionar; e mostrou que se tratava de um falso problema, isso de definir quem é e quem não é. Afinal, menos do que uma “orientação sexual” determinada, para o vírus importava o contato ocorrido. Ao diluir aquele conceito demarcativo que uma sociedade perversa consagrou, a aids veio de forma indireta evidenciar que o desejo está ali onde ele preferiu estar, sem se ater às contingências culturais, tornadas perfeitamente irrelevantes. Tentando justificar o fato de, em sua farmácia, recusar-se a dar injeções em homens efeminados, certo farmacêutico paulistano assim se justificava: “E se eu me contaminar? Lá em casa ninguém ia querer saber da história. Todo mundo ia achar que eu ‘virei a mão’”.¹⁸ O que deixa a resposta reveladoramente ambígua é que esse homem não temia pegar o vírus da aids, mas, sim, *adoecer de homossexualidade*. De certa maneira, é lícito acreditar que nessa ambiguidade do pânico à doença revelou-se a ambiguidade básica do desejo, quando se intuía que *qualquer* um pode “virar a mão”. Assim, ao ser confundida com o estigma da homossexualidade, a doença da aids revelou uma verdade bastante simples: somos todos vulneráveis ao desejo (homossexual ou não), porque estamos potencialmente *capacitados* para adoecer do outro. (Na parte final deste livro, detenho-me mais sobre o assunto.)

Por uma questão prática, aqui se denominou “desejo homossexual” uma gama muito diversificada de manifestações de amor entre pessoas do mesmo sexo, ainda quando essas manifestações não caibam na definição estrita de “homossexual” criada pelo discurso médico-científico e veiculada pela mídia em determinado momento histórico. Assim, por exemplo, só muito inadequadamente se chamarão de “homossexuais” as manifestações de afeto e o relacionamento erótico-sexual entre homens, tal como ocorre em diversas tribos indígenas brasileiras, nas quais esses costumes obedecem a fatores inteiramente estranhos à cultura ocidental-urbana, que cunhou a definição de homossexual e categorizou o sexo.

Como não parecem existir alternativas, corri conscientemente o risco de ser impreciso. Quando colocado diante desse impasse *prático*, o mesmo Michel Foucault, avesso à identidade, respondeu:

É preciso *não* ser homossexual, mas sim *buscar encarniadamente* ser guei. Interrogar-se sobre nossa relação com a homossexualidade é antes de tudo desejar

um mundo onde essas relações sejam possíveis, mais do que simplesmente ter o desejo de uma relação sexual com alguém do mesmo sexo.¹⁹

Foucault referia-se a um estado de vir a ser e estar em mutação que me parece muito interessante justamente porque não afirma a homossexualidade como uma condição de santuário da normalidade, mas também não deixa de instigar as nuances cotidianas do desejo, que podem continuar mudando indefinidamente, num espaço de manifestação labiríntica. A propósito, lembro que certa vez, em Aracaju, ouvi um termo curioso e muito perspicaz, usado pela população local para designar uma bicha: “duvidoso”. Homossexual é exatamente isto: duvidoso, instaurador de uma dúvida. Em outras palavras: alguém que afirma uma incerteza, que abre espaço para a diferença e que se constitui em signo de contradição frente aos padrões de normalidade. Ou seja: trata-se do desejo enquanto devir e, portanto, como afirmação de uma identidade itinerante.

É no contexto desse vir a ser homossexual que eu gostaria de penetrar, ao falar do Brasil.